

O ENSINO DE LÍNGUAS E A ÉTICA

The foreign languages teaching and the ethics

Brenda de Jesus do Monte¹

Kassib Kauana Lima Maia¹

Priscila da Silva Souza Nunes¹

Layanna Martha Pires de Araújo¹

Cláudia Suéli Weiss¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é abordar a ética no ensino da Língua Estrangeira (LE) nas escolas. Tal silogismo nos levou a caminhos que, em sua maioria, aparentemente, são desconhecidos pelos professores de LE. O trabalho exposto mostra como o ensino da LE deve ser repensado quanto à sua real finalidade no processo de ensinar e aprender, no qual possa obter resultados que realmente justifiquem a finalidade do ensino de tal língua e a sua inclusão nas grades curriculares das escolas. Inicialmente, analisou-se a funcionalidade entre a LE ensinada nas escolas e a sua interação na vida social do aluno quanto à sua utilização de acordo com as necessidades. Utilizou-se para esta pesquisa o método de pesquisa documental, baseado nas pesquisas em livros e sites que assessoraram profundo estudo sobre como se deve portar de forma ética o profissional de LE na sala de aula. Através dos amplos estudos, conclui-se que não segue um sistema de ensino como as demais disciplinas curriculares obrigatórias e, muitas vezes, não fornecem a qualidade necessária do ensino que a língua requer, sendo que muitos destes profissionais não possuem a formação em LE e mesmo assim acabam ensinando sem o domínio necessário, podendo, desta forma, prejudicar a aprendizagem do indivíduo.

Palavras-chave: Ética. Ensino. Língua Estrangeira.

Abstract: The aim of this article is to study ethics in the teaching of the foreign languages (LE) in schools. Such syllogism has led us to paths which, for the most part, are apparently unknown to LE teachers. The present research shows how the teaching of LE must be rethought as to its real purpose in the process of teaching and learning, in which it can obtain results that really justify the purpose of the teaching of that language and its inclusion in the curriculum of the schools. Initially we analyzed the functionality between the LE taught in schools and its interaction in the social life of the student regarding its use according to the needs. For this study the documentary research method was used, based on the researches in books and websites that advised in a deep study on how to behave in an ethical way the professional of LE in the classroom. Through the extensive studies, it is concluded that it does not follow a system of education like the other compulsory curricular subjects, and, thus, often it does not provide the necessary quality of the education to which the language requires, and many of these professionals do not have the training in LE and nevertheless they end up teaching without the necessary mastery, and, in this way, could damage the individual learning.

Keywords: Ethics. Teaching. Foreign language.

Introdução

O mundo profissional está cercado de várias regras, valores morais, normas, métodos, entre outras questões essenciais para o bom desenvolvimento do profissional no mercado, em suma, este precisa ser ético. Afinal, o que é ética? Vásquez (1996, p. 14), postula que:

Ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariam entre *ethos* e *mos*, ‘caráter’ e ‘costume’, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral.

A partir dessa definição, é perceptível que ética não é algo que já nasce com o indivíduo, não é um caráter natural, mas é adquirida ao longo do tempo, através da vivência pessoal e/ou

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

profissional, do estudo e da pesquisa. Em resumo, ela pode ser entendida como um conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano. A reflexão desses princípios orienta-se nas mais diversas direções, dependendo da concepção de ser humano que é tomada como ponto de partida. Pode ser entendida, também, como um estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Portanto, um ser ético é aquele que age de acordo com as normas e princípios éticos.

Entretanto, seria inútil recorrer à ética esperando encontrar nela uma resposta pronta, uma norma de ação concreta a ser realizada, ela dirá apenas como é um comportamento com regras e normas, norteará as atitudes do ser humano; porém, parte de cada um seguir ou não essas regras, ou melhor, aplicá-las em sua vivência, já que a ética por si só não determinará as atitudes de cada um. Como refletiram Cortella e Barros Filho (2014, p. 41):

As pessoas têm uma visão impeditiva com relação à ética, achando que seria uma tabela com as condutas a serem seguidas pelo ser humano, dizendo o que “pode” e o que “não pode”, deixando todos dependentes de uma única tabela e achando que uma sociedade ética seria aquela que todos agiriam da mesma maneira, vivendo como as formigas em um formigueiro, de uma única maneira possível, de acordo com a sua natureza. Isto não deve acontecer, pois o homem não é regido pela sua natureza, deve transcendê-la, procurando soluções de convivência que pareçam mais adequadas a cada situação e não agindo segundo o seu instinto.

A presente pesquisa visa compreender o significado da ética, seus princípios norteadores e conhecer os fundamentos ético-morais do exercício do profissional de Língua Estrangeira, uma vez que eles não possuem um código de ética que regulamenta a profissão. Dessa maneira, compreende-se a importância da ética na profissão e o quanto a presença ou a falta dela influencia para que o profissional desempenhe suas funções de acordo com as regras da sociedade e da empresa. Para isso, utilizou-se o método de pesquisa documental que se baseia em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico e também em materiais reelaborados de acordo com o objetivo desta pesquisa.

Deste modo, será abordado o papel do professor de Língua Estrangeira, a qual passamos a denominar no decorrer deste trabalho por LE, as metodologias de ensino, bem como a ética profissional e a profissionalização do ensino de línguas, posteriormente será discutido o ensino de LE e a ética. O presente estudo proporcionou aos discentes, um conhecimento com relação aos temas correlacionados à LE e à ética, que resultou num conhecimento sobre as diversas formas de ensino, proporcionando uma reflexão sobre as diversas metodologias utilizadas em sala de aula e sobre as regras éticas e morais a serem aderidas na profissão.

O professor de línguas estrangeiras

O professor funciona como um mediador, não mais sendo visto como antes, quando falava e o aluno apenas o escutava. Não pode ser mais encarado como um mero monopolizador do saber e transmissor de conhecimentos, mas deve desempenhar um papel decisivo na preparação das pessoas para a vida, sendo capaz de ensinar e aprender mutuamente, aberto sempre à discussão, à mudança de ideias, buscando um contínuo aprendizado e sabendo ouvir, o que os seus alunos trazem de novo para a sala de aula, conhecendo a realidade deles para que o ensino aconteça na prática.

No ensino de línguas não é diferente, o docente precisa estar capacitado para dar apoio na aprendizagem de seus alunos, sendo um mediador do conhecimento, como prega Almeida Filho et al. (2014, s.p.): “Nós, professores, somos feitos de capacidades para usar conhecimentos em ações de apoio à aprendizagem”. Assim, ele precisa ser capaz de utilizar de forma ética os seus conhecimentos, preparando aprendizes para usar a língua em múltiplos propósitos.

O ideal seria que o professor de LE fosse graduado, com habilidades para manejar o conhecimento de maneira objetiva, através de uma prática reflexiva, construída ao longo de um processo, com base em uma visão crítica da linguagem e da aprendizagem, um profissional em

desenvolvimento contínuo, inserido na prática para, assim, conhecer a realidade dos aprendizes e ensinar de maneira satisfatória. Objetiva-se, com essas ações, que o aprendizado seja utilizado das mais diversas formas, de acordo com a necessidade do aprendiz, não sendo, assim, um ensino superficial derivado de um método ou de um modelo teórico.

No entanto, há um grande problema, alguns professores que lecionam LE, muitas vezes, são graduados em outra área, muitos possuem conhecimento da língua e falam outro idioma fluentemente, facilitando o trabalho. Entretanto, alguns educadores ensinam a disciplina de LE nas escolas apenas como forma de completar a sua carga horária ou pela falta de um professor graduado na área, fazendo com que os discentes não tenham um aprendizado real da língua, uma vez que o ensino tende a ser superficial, através de métodos elaborados pela escola ou pelo próprio docente, sem um conhecimento abrangente da área, sem um aprofundamento linguístico, sendo cobrado apenas o básico da linguagem, alguns assuntos de gramática, sem conteúdos que possam ser utilizados pelos estudantes em seu dia a dia. Por não seguirem uma regra de conteúdos a serem trabalhados, além de cada professor agir de acordo com o seu senso comum, muitas vezes, os alunos terminam vendo os mesmos assuntos gramaticais da LE em todas as séries do ensino regular. É nesse ponto que fica ainda mais visível a falta de um código de ética na profissão, pois com ele haveria uma sequência didática no conteúdo a ser aplicado, regularia a profissão, para que deixasse de ser vista apenas como uma ocupação.

Antigamente, no âmbito do ensino de LE, a função do professor era limitada à mera aplicação de um método ou à utilização de materiais didáticos previamente elaborados, fazendo com que o papel do educador fosse apenas o de instrutor, na função de transmitir os seus conhecimentos, a partir de decisões previamente tomadas sem a participação direta do profissional de LE e ainda com o suporte de teorias linguísticas que, na maioria das vezes, eram desconhecidas por eles. Assim, o ensino de línguas não acontecia de forma saudável, o formador apenas fazia um intermédio através de métodos que não traziam um real aprendizado da nova língua.

O professor de línguas estrangeiras, quando ensina uma língua a um aluno, toca o ser humano na sua essência – tanto pela ação do verbo ensinar, que significa provocar uma mudança, estabelecendo, portanto, uma relação com a capacidade de evoluir, como pelo objeto do verbo, que é a própria língua, estabelecendo aí uma relação com a fala. Todavia, se lidar com a essência do ser humano é o aspecto fascinante da profissão há, no entanto, um preço a se pagar por essa prerrogativa, que é o longo e pesado investimento que precisa ser feito para formar um professor de línguas estrangeiras. Sem esse investimento não se obtém um profissional dentro do perfil que se deseja: reflexivo, crítico e comprometido com a educação (LEFFA, 2001, p. 333).

Posteriormente, os professores também aplicavam métodos de acordo com os seus valores morais e sua cultura de ensino por não possuírem um código de ética que regule a profissão, agiam conforme os conhecimentos adquiridos, criando métodos de forma pessoal, sem haver qualquer sintonia entre os demais profissionais da área, cada um aderiu ou elaborava um método diferente para aplicar com seus aprendizes, esses que, muitas vezes, foram prejudicados por não conseguirem alcançar o aprendizado necessário com relação à língua.

Metodologias de ensino

A metodologia de ensino de LE englobará os objetivos gerais, os conteúdos linguísticos, as teorias de referência, as situações de ensino e subentendem a elaboração de um método de ensino. No histórico do ensino de línguas no Brasil, há alguns tipos de metodologia, a saber: tradicional, direta, áudio-oral ou audiolingual, audiovisual e comunicativa.

A metodologia tradicional, ou também chamada de gramática-tradução, é a primeira e mais antiga, servindo apenas para ensinar as línguas clássicas, como o grego e o latim, mantendo-se em vigor até o início do século XX. Tinha como objetivo o domínio da gramática normativa e o acesso a textos literários. Ademais, era vista apenas como uma atividade intelectual, o

aluno deveria apenas aprender e decorar as regras, com a finalidade de saber apenas a morfologia e a sintaxe da língua estudada.

Na metodologia direta, dava-se ênfase no oral, propondo aos aprendizes atividades, como compreensão de textos, exercícios gramaticais, correção fonética, conversação, entre outros, sendo o principal objetivo ensinar o vocabulário. Segundo Cestaro (1999, s.p.):

As atividades propostas aos alunos eram variadas: compreensão do texto e os exercícios de gramática, transformação a partir de textos de base, substituições, reemprego de formas gramaticais, correção fonética e conversação. Vale ressaltar que os exercícios ditos de conversação eram baseados em pergunta/resposta, perguntas essas fechadas, em que se fazia uma preparação oral dos exercícios que deveriam seguir um modelo, anteriormente proposto. O professor continuava no centro do processo ensino – aprendizagem. Ele era o guia, o ‘ator principal’ e o ‘diretor de cena’. Não se dava ao aluno nenhuma autonomia, nem se procurava trabalhar em pequenos grupos. Era o professor que servia de modelo linguístico ao aprendiz. Não havia praticamente nenhuma interação entre os aprendizes; no entanto, eles até podiam conversar entre si, através de jogos de pergunta e resposta.

Em 1943, surgiu a necessidade de produzir falantes de várias línguas, sendo lançado um plano pedagógico que deu origem ao método do exército, que se desenvolveu e hoje é conhecido como o método áudio-oral. Tendo como princípios que a língua é fala e não escrita, (com isso restabelecia-se a ênfase na língua oral), a língua era vista como um conjunto de hábitos condicionados que se adquiria através de um processo mecânico de estímulo e resposta (CESTARO, 1999). Nessa metodologia, a gramática passou a ser apresentada através de exemplos ou modelos e o vocabulário em frases completas, no lugar de listas. A aprendizagem de uma língua podia ser considerada como um processo mecanizado de construção de hábitos, rotinas e automatismos².

Após a Segunda Guerra Mundial, a língua inglesa se tornou a mais falada em comunicações internacionais, vindo a ser a língua mundial, surgindo a metodologia audiovisual, colocando num prolongamento da abordagem direta as suas principais novidades, que consistem nas tentativas de solucionar os problemas que os defensores da abordagem direta enfrentavam. A metodologia comunicativa centraliza o ensino de LE na comunicação, ensinando o aluno a se comunicar em LE, adquirindo uma eficiência em sua comunicação. A capacidade comunicativa presume a associação de diversos elementos: linguístico, discursivo, referencial e sociocultural. Essa metodologia deu mais importância à produção dos estudantes, dando-lhes a oportunidade vasta e abrangente de produzir na língua estrangeira, ajudando os discentes a vencer suas restrições, sendo empregadas estratégias variadas, que facilitam a comunicação, desenvolvendo sua capacidade de autoaprendizagem, como o trabalho em grupo, permitindo, assim, a comunicação entre eles. O erro passou a ser visto como uma forma de crescimento em sua aprendizagem e o educador deixa de desempenhar o papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, de possuidor do conhecimento, para, então, assumir o papel de orientador, facilitador, organizador das atividades de classe.

Ao se analisar as metodologias de ensino, [...], verifica-se que todas privilegiam o estudo da língua. Ora vista como um conjunto de palavras de vocabulário, ora de estruturas gramaticais, de noções ou funções. Algumas metodologias, além do estudo da língua, levam em conta a psicologia da aprendizagem: o processo e/ou as condições de aprendizagem. O professor representa a autoridade e o modelo a ser seguido, exceção feita à metodologia comunicativa em que o professor tem múltiplos papéis, mas não é visto como autoridade. No que diz respeito ao aluno, verifica-se que, [...], ele passa de um papel passivo a um mais ativo, com tendência a desenvolver uma independência e uma certa autonomia face à aprendizagem (CESTARO, 1999, s.p.).

² Caráter do que é automático. Falta de vontade própria.

Na metodologia comunicativa, ao contrário das demais metodologias, o aluno passa a desempenhar um papel mais independente dentro do seu aprendizado, antes visto apenas como um ouvinte do professor, que era entendido como o possuidor de todo o conhecimento e um modelo a ser seguido pelo discente. Nessa metodologia, ele ganha vários papéis e deixa de ser visto apenas como uma autoridade dentro da sala de aula.

O aprendizado de uma LE é um auxiliar que torna possível aumentar o acervo de informações, pode ser a chave para abrir novos campos de conhecimentos, sendo que este pode ajudar a pessoa a adquirir compreensão quanto às demais culturas, pois através do conhecimento da LE, o indivíduo conhecerá também a cultura dos falantes dessa língua.

Qualquer língua envolve quatro diferentes elementos de aptidão: (1) a fala, (2) a compreensão, (3) a leitura e (4) a escrita. As duas primeiras são as mais importantes, mas as demais não deixam de ser necessárias, podendo, ainda, ser acrescentado um quinto elemento: os gestos e a cultura, pois este também faz parte da língua e pode variar de uma para outra, o que é necessário saber, pois auxiliará na comunicação, pois através dos gestos é possível realizar uma comunicação e isso varia de cultura para cultura. Entretanto, se a pessoa entender uma LE e tiver a possibilidade de se fazer entender pela fala e pela escrita, ela será compreendida.

Existem várias metodologias, métodos, formas, a fim de possibilitar a aprendizagem de uma nova língua, mas o aprendiz precisa estar motivado a aprender, vendo a qual forma mais se adéqua, precisa se engajar no processo de aprendizagem, aprendendo a aprender, treinando com os colegas, ou demais pessoas que possuam ou estejam conquistando uma nova língua, ou mesmo com o docente, que deve exercer seu papel de compartilhador, ouvindo e dialogando com seus discentes, preocupados com a sua aprendizagem.

O que é ética profissional?

“A conduta ética consiste em não fazer mal às pessoas, em levar em consideração os sentimentos dos outros”.

Dalai Lama.

O ser humano não nasce pronto, ele é construído por intermédio de suas vivências e experiências, moldando-se de acordo com a sociedade, com as regras já existentes, sendo um grande desafio da vida de todos. Segundo Cortella e Barros Filho (2014, p. 40) “[...] o homem não nasce sabendo. Resta aprender a viver. A natureza não esgota a vida do homem. O instinto é pobre, a vida é complexa; o homem precisa ir além da sua natureza. [...] transcender”.

Aprender a viver implica transcender, ir além, ultrapassar e superar seus próprios limites e o homem ultrapassa os limites da sua natureza, pois cria, inventa, inova, improvisa e, entre tantas coisas, pensa em soluções nunca antes imaginadas, e a ética surge disso, pois “[...] ela é a transcendência em relação à natureza; à necessidade de encontrar caminhos quando o instinto não responde mais [...]” (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 40). É a partir daí que o indivíduo será capaz de fazer escolhas, decidir entre o bem e o mal, aprendendo a tomar decisões de forma racional, pois o ser humano deve fazer o que nenhuma outra criatura precisa fazer: refletir sobre a melhor maneira de conviver.

A prática ética se desenvolve na medida em que o ser humano conquista seu ser e é capaz de tomar decisões éticas, de acordo com a moral que rege a sociedade, ou seja, os costumes. Neste sentido, a ética seria, portanto, uma reflexão teórica que examina e critica, ou regula o sistema moral. Desse modo, apesar de estarem interligadas, a ética e a moral se distinguem, Mattar (2010, p. 240) profere que em ética, procuramos “refletir sobre a ação, a conduta e o comportamento humano. Desenvolver habilidades, competências e atitudes éticas implica ser capaz de identificar em cada situação, o que é essencial para a tomada de decisões, principalmente no caso de decisões complexas”.

Assim, a ética é a reflexão das atitudes e ações dos indivíduos e não traz um conjunto de regras a ser seguido, possibilita que o indivíduo seja capaz de distinguir qual a melhor ação a ser feita diante de uma decisão. Já a moral pode ser identificada como “um conjunto de regras de conduta considerando válidas, de modo absoluto ou relativo, para uma sociedade, um grupo de pessoas ou um indivíduo” (CORTELLA; BARROS FILHO, 2010, p. 240). Assim, uma pessoa que não se pauta pelas regras morais vigentes de um determinado tempo ou lugar, seja por ignorância ou displicência, é considerada amoral. Logo, a moral está mais similar à ideia de regras do que a ética, que está mais próxima das ideias de reflexão e tomada de decisões.

No entanto, o que caracteriza o ser humano é a possibilidade de escolha, pois os demais animais agem segundo o instinto e não têm a chance de escolher sua conduta, são regidos pela sua natureza, enquanto o homem possui instintos domáveis. Segundo Cortella e Barros Filho (2014, p. 43), “[...] a ética é a transcendência [...] ir além-corpo, além-biologia, além-natureza; isto é, ruptura, estilhaçamento daquilo que é o instinto indomável que nós não temos”, pois o homem pode agir de forma racional, refletindo sobre suas escolhas, podendo escolher e até mesmo escolher o errado. E escolher certo ou errado é exatamente o fundamento da ética.

Entendendo, portanto, o que é a ética em seu sentido amplo, será discutido a ética profissional, como um conjunto de valores e normas que formam a consciência do profissional, norteando o comportamento e relações que são adotadas no ambiente de trabalho, no exercício de qualquer atividade, podendo algumas profissões e empresas possuir seu próprio código de ética, que são feitos para enfatizar os valores que devem ser praticados pelos profissionais e instituições.

O profissional ético é aquele ou aquela que, no exercício de sua profissão, além de demonstrar comando de um corpo de conhecimentos, habilidades de ação docente sob atitudes adequadas, ainda se exprimem numa prática estável de crescente qualidade, numa relação produtiva, humanizadora e respeitosa com aprendizes sob seus cuidados e com outros agentes de cada situação, ou seja, quem está em condições plenas para exercer a profissão com dignidade e competência (ALMEIDA FILHO et al., 2015, s.p.).

Logo, um profissional ético é aquele que está preparado e age de acordo com as normas e princípios que regem a sua profissão e, também, a sociedade, de forma a não prejudicar o próximo, respeitando aqueles que dependem do seu trabalho e, também, seus colegas de profissão, desempenhando suas funções honestamente.

A maioria das profissões possui um código de ética, que enumera os deveres de cada profissional de acordo com a sua área de trabalho, representando um conjunto de elementos que caracterizam o comportamento das pessoas dentro de um grupo social, além de listar e regular as condutas éticas e antiéticas, também prevê sanções e punições, como a perda de capacidade de exercer a profissão.

Agir eticamente consiste em uma percepção e um respeito para além de um fazer apenas por obrigação, apenas por que as regras e as leis determinam. Quem determinará as leis e as regras é a moral, que é, muitas vezes, usada como sinônimo de ética. Já o código de ética englobará esses dois conceitos e acrescenta mais um, a deontologia³, como explica Mattar (2010, p. 241):

Um código de ética é uma lista de deveres de uma profissão, ou seja, um código de deontologia [...]. Inclusive, é muitas vezes chamado de código de ética e deontologia, ou simplesmente código de deontologia. Existem inúmeros códigos de deontologia desenvolvidos pelas diferentes associações ou profissionais. Eles procuram aplicar os princípios da ética e da moral ao exercício das profissões. No caso de descumprimento do código, são previstas sanções que podem chegar à perda da capacidade de exercer a profissão.

Destarte, a deontologia seria um conjunto de deveres dos profissionais, sendo responsável pela aplicação da ética e da moral no exercício de uma profissão. Na Figura 1, é possível entender de forma mais clara essa relação.

Figura 1. Relação entre ética, moral e deontologia

Relação entre ética, moral e deontologia, segundo Prudente



Fonte: Mattar (2010. p. 41).

Faz-se notar, então, a ética em um círculo mais vasto, elaborando os princípios morais, já a moral propriamente dita, no círculo menor, configura a ética aplicada ao comportamento humano e social, e, por fim, no círculo ainda menor, como a dimensão ética de uma profissão. Assim, a moral é direcionada a um comportamento profissional do agente humano na comunidade social. Reinaldo Dias (2014, p. 185) ressalta que “[...] o código de ética define uma ética profissional para os profissionais observarem em suas práticas, considerando os princípios mais gerais da ética e da moral”. Dessa forma, o código de ética está dentro da deontologia, aplicando os princípios éticos e morais às profissões, podendo ser considerado como um código de deontologia.

Conhecimento, ética e a profissionalização do ensino de línguas

O conhecimento é onde está centrado o interesse profissional do educador, um conhecimento específico de sua área de especialização, que neste caso deve ser a LE. Esse conhecimento tem de estar colocado a serviço da vasta sociedade, pela essência de educar e pela função moral do ato de educar, não sendo um conhecimento apenas para si, mas que deve ser compartilhado. Como disse Leffa (2001, p. 24), “educar não é apenas um ato de conhecimento; é também um ato político”.

O professor de LE é um profissional em formação contínua, precisa estar sempre se atualizando, não só para acompanhar um mundo em constante mudança, mas também para ser capaz de provocar mudanças. Emancipação, autonomia, diálogo, domínio afetivo, ênfase no desejo do aluno, ruptura com o tradicional, transgressão do currículo e formação integral.

A “construção social de conhecimentos” exige uma comunicação autêntica e autônoma entre todos os participantes do processo. Para isso, é importante afastar um pouco a intenção de aprender o idioma e gerar mais atividades (projetos, trabalhos em grupo, jogos, entre outros), que exigem as habilidades linguísticas (o tradicional conteúdo da aula) como instrumentos para obter êxito na perseguição de outros objetivos.

O aluno não deve ser um mero receptor de informação, mas um questionador para se tornar um construtor de seu próprio conhecimento. Profissional de ensino, especificamente o de LE, deve ser antes de tudo um educador, que além de possuir a segunda língua, deve saber como ensinar, como lidar com seu aluno, entendendo suas dificuldades e observando suas aptidões.

³ A palavra ‘deontologia’ deriva do grego déon que significa ‘dever, o que é obrigatório’. Em ética profissional é o tratado das normas e dos deveres adotados por determinada profissão.

Isto significa que a partir da capacitação na área de especialização, ele deve se dedicar a formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho e para sua vida social em sua totalidade. Volpi (2001, p. 126) define a função do professor:

Numa nova visão da função docente, o professor há de ser um indivíduo consciente de que ele não é o detentor do monopólio do saber, de que o conhecimento, por ser multifacetado, representa um permanente desafio às suas crenças e convicções: de que o ser humano está em constante processo de aprendizagem, e, conseqüentemente, a sua responsabilidade não se limita à transmissão de informações, mas deve atender a funções sociais mais abrangentes.

Neste caso, é aconselhável que o formador seja alguém que tem um compromisso com seu educando, com a sociedade e consigo mesmo. É imprescindível, além de educar-se sobre as culturas da LE que ensina, também educar-se sobre o mundo e a cultura dos aprendizes, promover o conhecimento mútuo de dois universos, através do aprendizado de uma nova língua.

O ensino de língua estrangeira e a ética

Por questões de ordem econômica, social, comercial, entre outros, a sociedade exige cada vez mais que os indivíduos procurem formações além das graduações, cursos técnicos ou profissionalizantes. Aprender outro idioma é essencial para ter sucesso em qualquer área de atuação profissional.

Possuir uma segunda língua contará muito na hora de conseguir um emprego. Um mundo globalizado traz muitas mudanças e é preciso estar sempre atualizado, possuir um conhecimento variado, como cursos e especializações na sua área, para assim acompanhar as mudanças. Nesse sentido, ter domínio de uma ou mais línguas, além da vernácula, vai muito além de uma diversão ou de uma simples brincadeira, é um assunto que deve ser levado a sério e que vai ser essencial para qualquer formação.

Nesse âmbito, ensinar LE, vai além da ocupação, como é tratado por muitos, sendo vista apenas como uma atividade extra, e deve ser tratada como profissão, possuindo regras, valores morais e éticos, devendo ser exercida com caráter e respeito. Almeida Filho et al. (2014, s.p.), traz as competências básicas para ser um professor de LE, porém ressalta que apenas conhecer o idioma ou ter uma noção sobre este, não são competências suficientes para exercer um trabalho docente de qualidade:

Para ser professor de uma LE, uma pessoa adulta que se sinta disposta a ensinar essa língua-alvo, deve conhecer esse idioma e ter uma noção espontânea de como proceder para ajudar o aluno a se apropriar dele. Esse equipamento mínimo de 2 competências serve para situações informais, toscas ou emergenciais, mas não é suficiente para sustentar o professor profissional de uma outra língua (L).

Por isso, um profissional de LE precisa estar capacitado para ensinar os seus aprendizes de forma que eles possam aprender corretamente, e não apenas fingir que possuem outro idioma. A situação de muitas escolas, que levam a direção terem que distribuir a disciplina de LE entre docentes sem a devida formação, apenas para cumprir carga horária ou por falta de profissionais capacitados é prejudicial e, além disso, pode ser entendido como falta de ética, pois os discentes têm o direito de possuírem profissionais em sala, para aprender corretamente a língua, pois, assim como as demais disciplinas, a LE também é obrigatória.

Apesar disso, existe um grande desafio no caminho dos profissionais de LE, pois ainda não possuem um código de ética que regule a profissão, que muitas vezes é tratada apenas como uma simples ocupação, não sendo dada a devida importância que exerce hoje em dia, pois o mercado de trabalho, muitas vezes, exige que os funcionários possuam mais de uma língua, além da vernácula. O reconhecimento da profissionalização do ensino de LE englobará diversos valores, assim como a competência profissional, pois:

A competência profissional se consolida na percepção do valor de ser professor, de ser professor de língua e de ser professor de língua profissional. Advêm direitos e deveres dessa tomada de consciência. O direito de atuar com dignidade e o dever de prestar conta do que se fez são exemplos desses valores morais e éticos que o profissionalismo vai despertar nos professores (ALMEIDA FILHO et al., 2014, s.p.).

Essa competência profissional desenvolverá a consciência do “eu professor”, fazendo-o pensar na maneira como age, baseado em crenças e utilizando maneiras justificáveis (ALMEIDA FILHO et al., 2014). É a partir dessa consciência que o profissional começa a pensar em suas ações, nas suas atitudes em relação ao futuro profissional e como vai buscar maneiras de cuidar do destino profissional.

No Brasil, desde 1500, com a chegada dos colonizadores, a Língua Portuguesa (LP) começou a ser ensinada aos índios, que possuíam sua língua própria, os Jesuítas ensinaram informalmente LP aos índios, sendo considerada, assim, a primeira LE falada no Brasil. Em 1889, as línguas inglesa e alemã passaram a ser opcionais nos currículos escolares e, somente no fim do século XIX, elas se tornaram obrigatórias em algumas séries. Entretanto, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) retirou a obrigatoriedade da LE no colegial, deixando a critério dos estados a opção pela inclusão nos currículos das últimas quatro séries do Ensino Fundamental. Apenas em 2000, a LE assumiu a função de meio de acesso ao conhecimento para levar o estudante a comunicar-se de maneira adequada em diferentes situações.

Atualmente, já existem leis que regulam o ensino da LE no currículo obrigatório das escolas, porém leis por si só não são suficientes para que aconteça um ensino de qualidade, é preciso que os professores estejam preparados para repassar aos alunos os seus conhecimentos. Faltam materiais, uma metodologia adequada, um código de ética que regule a profissão, que é um dos fatores que mais preocupam, pois, os docentes acabam agindo segundo seus valores morais, não havendo, assim, uma ligação entre os métodos de ensino no país, como diz Almeida Filho et al. (2014, s.p.).

Preocupa-me constatar que não contamos com um código de ética para a prática da profissão de ensinar línguas neste país. Por isso, não temos também conselhos regionais e conselho nacional que implementem o código. Sem um código de ética explícito e aprovado pelas associações de professores de línguas, os profissionais se orientam pelos valores pessoais morais e, eventualmente, partilhados informalmente com outros praticantes. A prática contemporânea da profissão parece requerer mais que isso.

O formador de LE precisa preparar seus aprendizes para o uso de línguas em várias situações com inúmeros propósitos, seja para se relacionar com outras pessoas ou mesmo para a vida profissional, na produção de conhecimento, porém a falta de um código de ética, segundo Almeida Filho et al. (2014, s.p.), “[...] fazem com que esses profissionais possam contar apenas com a tradição informal da cultura de ensinar e de características de nosso caráter nacional, regional e/ou familiar”. O que resulta em um ensino divergente, pois cada profissional dispõe de uma metodologia diferenciada fazendo com que não haja uma sintonia no ensino de LE.

Um código de ética dos Profissionais do Ensino de Línguas, quando sancionado, exporá os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática de professores de língua estrangeira e fixará direitos, deveres e obrigações referentes à prática profissional e a sua relação com a formação, com o ensino, com o aluno, com seus pares, com a instituição e com a pesquisa. Mais do que regulamentar as relações e punir quebras de conduta recomendável e aceitável, o código servirá primordialmente para apoiar a formação da competência profissional dos professores de línguas, seja ela em serviço, depois da certificação para ensinar, seja antes dela na formação inicial nas licenciaturas (ALMEIDA FILHO et al., 2014, s.p.).

Assim, um código de ética para guiar a conduta dos professores de LE será fundamental para uma prática profissional afinada com a atualidade, encontrando no código um aliado para que se tenha uma boa qualidade de ensino, capacitando os aprendizes a dominarem uma LE, preparados

para lidar com as mudanças e capazes de intervir em qualquer situação que se mostre necessário o uso de outra língua, também auxiliará a profissionalização do ensino de LE, expondo os direitos e deveres do profissional, para que ele seja um auxiliador na formação do aluno, agindo de forma ética.

Considerações finais

O principal propósito da pesquisa foi abordar a ética no ensino de LE, através do papel do professor e das metodologias de ensino existentes, ficando visível a importância de um código de ética que regule a profissão do ensino de LE.

Entende-se que o professor não é mais o dono do saber, e sim um compartilhador de conhecimentos, transmitindo informações e também aberto a ouvir o que o aluno traz de novo para a sala de aula. No caso do professor de LE, essa situação não muda, ele precisa ouvir o aluno para se apropriar dos interesses, das dificuldades, das novidades que ele traz do dia a dia, para se adequar à realidade do ensino.

O ensino de línguas precisa ser tratado com mais seriedade, pois tem acontecido de forma mecânica, utilizando metodologias tradicionais, sem uma preocupação por parte da maioria dos profissionais e da escola em mudar a forma de ensino e sem seguir um cronograma de conteúdos, para que o aluno conclua o ensino regular possuindo um conhecimento básico da LE. A obrigatoriedade do ensino, por si só, sem uma cobrança por parte das escolas, não produzirá um ensino satisfatório.

Tal silogismo sobre o assunto proporcionou um conhecimento sobre as diversas metodologias de ensino da LE, desde o início do século XX até hoje, no qual passou por várias transformações na forma de ensino. Resultando que para o aluno dispor do domínio da LE, ele precisa entender a língua e ser entendido através da fala e da escrita, porém a língua envolve outros elementos de aptidão, como a leitura, a compreensão e os gestos.

É notório que o ser humano aprende a conviver através das suas experiências, adaptando-se às regras da sociedade, superando seus próprios limites, por conseguinte a ética é o ir além, deixando de agir por instinto e sendo capaz de tomar suas próprias decisões de acordo com a moral. Todavia, a ética não vai trazer uma lista de regras a serem seguidas, apenas norteará as atitudes a serem tomadas.

Portanto, entende-se a importância da ética para o ensino de LE, é notório que a obrigação do ensino faz com que ele seja valorizado, porém é essencial que se possua regras para que esse ensino aconteça de forma ideal para os aprendizes, pois um dos maiores problemas do ensino de línguas hodiernamente é que os alunos não se capacitam para dominar mais de uma língua e também ainda não existe uma forma ideal que possibilite uma aprendizagem que funcione de fato e de forma rápida.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. et al. **HPE: história, política e ética no Ensino de Línguas**. PGLA. [s.d.]. Disponível em: <<http://pgla.unb.br/wp-content/uploads/2015/12/S%C3%ADntese-an%C3%A1lise-BNC-3a-vers%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. **Ética profissional no Ensino de Línguas**. 2015. Disponível em: <<http://www.sala.org.br/index.php/estante/colunas/formacao-de-professores/1311-etica-profissional-no-ensino-de-linguas>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. **Conhecer e desenvolver a competência profissional dos professores de LE**. Bra-

sília: Universidade de Brasília. 2014. Disponível em: <http://pgla.unb.br/wp-content/uploads/2014/07/17-CONHECER_E_DESENVOLVER__A_COMP__PROFISS.doc>. Acesso em: 28 maio 2016.

_____. **Sinalizadores para uma ética no ensino de línguas**. 2014. Disponível em: <<http://www.sala.org.br/index.php/estante/colunas/formacao-de-professores/992-sinalizadores-para-uma-etica-no-ensino-de-linguas>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

CESTARO, S. A. M. O Ensino de Língua Estrangeira: História e Metodologia. In: **VIDETUR**, v. 6, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.hottopos.com.br/videtur6/selma.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

CORTELLA, M. S.; BARROS FILHO, C. **Ética e vergonha na cara**. Campinas: Papirus, 2014.

DIAS, R. **Sociologia e ética profissional**. São Paulo: Pearson, 2014.

LAMA, D. **Uma ética para o novo milênio**. Tradução Maria Luiza Newlands. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LEFFA, V. J. (Org.). **O professor de línguas: construindo a profissão**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2001.

MATTAR, J. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 15. ed. [S.I.]: Civilização Brasileira, 1996.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.
